



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006884-52.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário**
 Requerente: **Osnir Ignácio Faria**
 Requerido: **BANCO PAN S.A.**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

OSNIR IGNÁCIO FARIA intentou ação revisional de cláusulas de contrato de financiamento e repetição de indébito em face de **BANCO PAN S.A.** Preliminarmente, requereu os benefícios da justiça gratuita. No mérito, alegou que realizou junto ao requerido, em 21/05/2014, contrato de financiamento para a aquisição de um veículo no valor total de R\$ 15.317,82, obrigando-se ao pagamento de 48 parcelas mensais no valor de R\$ 499,00. Pugnou pelo reconhecimento da abusividade das cláusulas contratuais com a capitalização dos juros, cobrança de taxas e tarifas abusivas, seguro e comissão de permanência. Requereu a aplicação do CDC ao caso, a declaração de nulidade das cláusulas e a repetição de indébito.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 15/35, e posteriormente de fls. 40/59.

Deferida a gratuidade (fl. 61)

Instado a se manifestar acerca da eventual ocorrência de prescrição, haja vista o decurso de prazo superior a 3 anos da data da celebração do contrato (fl. 61), o autor se manifestou à fl. 64.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Trata-se de ação revisional de contrato c/c pedido de repetição de indébito que o autor intentou diante da suposta abusividade nas cláusulas estipuladas no contrato em discussão.

Pois bem, muito claro que o pretendido com o presente feito é a obtenção dos efeitos patrimoniais advindos da declaração de nulidade das cláusulas contratuais tidas, pelo requerente, como abusivas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sendo assim, a ação se sujeita ao prazo prescricional trienal nos moldes do art. 206, §3º, IV, do CC/02. *In verbis*: "Prescreve: (...) §3º: Em 03 anos: (...) IV: a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa".

Nesse sentido se posiciona o E. STJ:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA COLETIVO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DA EXTINÇÃO DO CONTRATO. IMPRESCRITIBILIDADE AFASTADA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL ANUO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESCARACTERIZAÇÃO. O objeto da ação não se restringe à declaração de nulidade das cláusulas contratuais, pretendendo o recorrente, em verdade, a obtenção dos efeitos patrimoniais dela decorrentes, depois de extinto o contrato, de sorte que a pretensão deduzida não é declaratória, puramente, e, portanto, se sujeita a prazo prescricional. (Grifo meu).(STJ. REsp 1369787 SC 2013/0067370-6. T3 - TERCEIRA TURMA. Julgamento20 de Junho de 2013.Publicação DJe 01/08/2013. Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI).

A contagem do prazo prescricional, no caso, se inicia com a assinatura do contrato, que se deu em 21/05/2014, conforme documento de fls. 23/26. Assim, tendo sido realizado o protocolo da petição apenas em 24/07/2018, claro o transcurso do prazo prescricional.

Foi oportunizada a manifestação da parte autora, seguindo os ditames dos arts. 9º e 10, do CPC, sendo o que basta.

Dessa maneira, de rigor a extinção do feito, salientando-se que a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício, conforme disposto no artigo 332, § 1º, do Novo Código de Processo Civil (Apelação Cível nº 990.10.036655-6, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Desembargador REBELLO PINHO).

Ante o exposto, reconheço a prescrição e **JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE** o pedido inicial, com exame do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II c.c. artigo 332 §1º, ambos dispositivos insertos no Novo Código de Processo Civil.

Cumpra, a serventia, o disposto no art. 241, do NCPC.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo.

P.I.

São Carlos, 13 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**